A INCLUSÃO NO CAVN: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO AEE EM UMA ESCOLA AGRÍCOLA NA PARAÍBA

Conceição Cristina Pereira da Silva [1]
Laís Venâncio de Melo [2]
Jossana Pereira de Sousa Guedes [3]

RESUMO

Este artigo analisa a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), instituição centenária com 102 anos de atuação, vinculada à Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem de estudo de caso, que busca compreender o seguinte problema de pesquisa: quais são os desafios e potencialidades na implementação do AEE no CAVN? A investigação fundamenta-se nos pressupostos da educação inclusiva, conforme discutido por Batista e Mantoan (2007), Padilha (2007) e Capellini e Zerbato (2019) que defendem a construção de práticas pedagógicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso dos estudantes com necessidades educacionais específicas. O AEE no CAVN, implementado há dois anos, já acompanhou mais de 43 estudantes, contemplando, por exemplo, estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise baseou-se em registros institucionais de atendimentos, reuniões e documentos pedagógicos, incluindo o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano Individual para o Atendimento Educacional Especializado (PAEE), produzidos entre 2024 e outubro de 2026. Os resultados indicam que um dos principais desafios na implementação do AEE refere-se ao engajamento de toda a comunidade escolar, especialmente no que diz respeito à articulação entre professores da educação regular e o serviço especializado. Por outro lado, destacam-se como potencialidades a existência de uma documentação pedagógica estruturada e o desenvolvimento de práticas baseadas na assessoria docente, que contribuem para a construção de estratégias inclusivas no cotidiano escolar. Conclui-se que, apesar dos desafios, o AEE no CAVN apresenta avanços significativos na consolidação de uma educação profissional inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; AEE; estudo de caso; Educação Profissional; práticas pedagógicas.

1. Introdução

A efetivação da Educação Especial Inclusiva (EEI) constitui um compromisso que ultrapassa a garantia de matrícula dos estudantes, exigindo das instituições de ensino a construção de condições que favoreçam sua participação, aprendizagem, permanência e êxito. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel fundamental na identificação e na superação de barreiras, mediante a organização de recursos de acessibilidade, estratégias pedagógicas e ações articuladas às necessidades educacionais

[1] Pedagoga no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), campus III UFPB, ccps@academico.ufpb.br
[2] Pedagoga no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), campus III UFPB, laisvenanciomelo@gmail.com
[3] Docente no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), campus III UFPB, jossanasousa@gmail.com

específicas. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse compromisso assume particular relevância diante da ampliação da carga horária, da diversidade de componentes curriculares e experiências formativas que caracterizam essa modalidade de ensino.

Desde 2024, o CAVN vem desenvolvendo ações para estruturar o AEE e ampliar o acompanhamento dos estudantes da EEI. Nesse processo, a Coordenação Pedagógica (COPED) assumiu inicialmente a organização das ações, articulando-as à criação da Coordenação de Apoio Educacional Especializado (CAEE). No âmbito legal, a oferta do AEE encontra fundamento em normativas anteriores à sua implementação no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), instituição centenária com 102 anos de atuação, vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A Constituição Federal de 1988 assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, enquanto a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevê a oferta da educação especial e dos serviços de apoio necessários à escolarização. Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 instituiu diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, e o Decreto nº 7.611/2011 dispôs sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A Lei nº 13.146/2015, por sua vez, reforçou o dever de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse conjunto normativo constitui parte da base legal que antecede a organização do AEE no CAVN, iniciada em 2024.

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), instituída pelo Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, e posteriormente alterada pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, atualizou o marco normativo relacionado à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação. A PNEEI constitui uma referência relevante para o fortalecimento das ações inclusivas no CAVN. Embora tenha sido instituída após o início da implementação do AEE na nossa Instituição, a política passou a integrar o conjunto de diretrizes que fundamentam o aprimoramento e a consolidação desse atendimento.

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) da UFPB oferta, ao todo, 9 cursos técnicos de nível médio, além de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e pós-graduação a nível de especialização. Os cursos abrangem modalidades integrada e subsequente, são eles: Agropecuária (Integrado e Subsequente); Agroindústria (Integrado e Subsequente); Guia de Turismo (EJA Integrado); Nutrição e Dietética (Subsequente); Paisagismo (Subsequente); Veterinária (Subsequente); Laboratório de Ciências da Natureza (Subsequente); Informática (Subsequente - EAD) e Aquicultura (Subsequente - EAD),

totalizando 22 turmas no presente ano. O CAVN também oferece cursos de pós-graduação *lato sensu*, dispondo, atualmente, de três cursos de especialização na modalidade de Educação a Distância (EaD): Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Gestão na EPT e Educação a Distância na EPT.

Essa diversidade formativa, associada às diferentes necessidades educacionais dos estudantes, evidencia a importância de organizar serviços especializados, promover acessibilidade e fortalecer a articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo. Ao mesmo tempo, a construção de uma estrutura institucional dedicada a essas demandas suscita questões sobre os caminhos percorridos, as dificuldades enfrentadas e as possibilidades de melhorias.

Esse processo também pode ser compreendido a partir das contribuições de Batista e Mantoan (2007), para quem a inclusão escolar não se limita ao ingresso do estudante na escola, mas pressupõe transformações nas práticas e na organização institucional. Nessa perspectiva, o AEE possui caráter pedagógico e complementar ou suplementar à escolarização, voltando-se à disponibilização de recursos e estratégias que contribuam para a superação de barreiras, sem substituir o ensino comum. Em diálogo com essa compreensão, Padilha (2007) problematiza situações nas quais a presença do estudante na instituição não assegura, por si só, o acesso aos conhecimentos escolares. A aprendizagem depende também das mediações pedagógicas e das oportunidades educacionais construídas, o que exige que a instituição identifique barreiras e desenvolva respostas compatíveis com as necessidades dos estudantes.

Essa discussão é aprofundada a partir das reflexões de Zerbato e Capellini (2019), que destacam a responsabilidade compartilhada entre os profissionais da educação e a importância da colaboração entre o ensino comum e a Educação Especial. Para as autoras, a inclusão demanda superar práticas isoladas, promovendo o planejamento conjunto e a construção de estratégias acessíveis articuladas às situações concretas de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva oferece possibilidades relevantes para a EPT, na qual a diversidade de componentes curriculares e as atividades formativas para os discentes da EEI exigem respostas pedagógicas articuladas entre os docentes e os demais profissionais. No contexto do CAVN, essa reflexão permite considerar a colaboração pedagógica como um caminho para fortalecer o AEE e ampliar sua integração à dinâmica Institucional.

Diante desse cenário, este artigo é orientado pela seguinte questão de pesquisa: quais são os desafios e as potencialidades na implementação do Atendimento Educacional Especializado no CAVN? O objetivo geral consiste em analisar a implementação do

Atendimento Educacional Especializado no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN). Para alcançá-lo, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: 1. Descrever a implementação do AEE no CAVN, considerando sua organização, seus fluxos, as ações desenvolvidas e os estudantes acompanhados; 2. Identificar e analisar os desafios enfrentados no processo de implementação do AEE na instituição; 3. Discutir as potencialidades e os avanços identificados, considerando suas contribuições para o fortalecimento da EEI no contexto da EPT. Ao abordar esses aspectos, a pesquisa busca contribuir para a compreensão da experiência institucional do CAVN e para a reflexão sobre as condições necessárias à consolidação de práticas educacionais inclusivas.

2. Metodologia

A investigação sobre a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, desenvolvida por meio de um estudo de caso. A escolha dessa abordagem justifica-se pelo interesse em compreender o processo de estruturação do AEE na Instituição, considerando sua organização, as ações desenvolvidas, os fluxos de trabalho e os desafios e as potencialidades identificados ao longo de sua implementação.

O material analisado compreende registros institucionais produzidos entre 2024 e outubro de 2026, incluindo registros de atendimentos aos estudantes, de reuniões coletivas e individuais com docentes, de reuniões com estudantes e familiares, além de documentos pedagógicos relacionados ao acompanhamento educacional especializado. Entre esses documentos, destacam-se o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano Individual para o Atendimento Educacional Especializado (PAEE), considerados elementos relevantes para compreender a organização do atendimento e o planejamento das ações pedagógicas voltadas aos estudantes da EEI.

A análise contemplou os quantitativos de registros de atendimentos aos estudantes em cada período, bem como a documentação das reuniões e dos planos elaborados. Foram contabilizados 282 registros de atendimentos aos estudantes em 2024, 260 em 2025 e 59 entre janeiro e outubro de 2026. Neste último ano, também foram identificados 34 registros de reuniões coletivas e individuais com docentes e 21 registros de reuniões com estudantes e familiares. Esses quantitativos foram considerados em relação às mudanças ocorridas na organização do AEE, especialmente a partir de 2026, quando houve alteração no fluxo de

atendimento, ampliação das reuniões com os docentes e maior ênfase na assessoria pedagógica. Essa reorganização esteve associada à redução dos registros de atendimentos diretos aos estudantes, sem que tal diminuição deva ser interpretada isoladamente como redução do trabalho desenvolvido, o qual não resultou em impactos negativos, mas em reestruturação metodológica dos atendimentos aos discentes.

Também foram examinados os quantitativos e a organização dos documentos pedagógicos elaborados ao longo do período. Em 2024, foram construídos 11 PEIs e 8 PAEEs; em 2025, foram elaborados 8 PEIs e 7 PAEEs; e, em 2026, até outubro, foram construídos 13 PEIs. Nesse último ano, o PAEE passou a ter seus elementos incorporados ao PEI, em uma perspectiva de planejamento integrado. A elaboração do PEI é compreendida institucionalmente como um processo coletivo, que envolve a participação dos docentes, com o registro de estratégias e objetivos relacionados aos componentes curriculares sob sua responsabilidade, e da equipe de apoio, que incorpora os objetivos específicos do AEE, quando pertinentes. Ressalta-se que os quantitativos de PEIs e PAEEs não são necessariamente equivalentes, uma vez que nem todos os estudantes da EEI apresentam necessidade de acompanhamento contínuo pelo AEE.

Para a interpretação dos dados, consideraram-se as particularidades dos registros disponíveis em cada ano. A ausência de determinados quantitativos em alguns períodos decorre da inexistência, naquele momento, de fluxos formalizados para o registro das respectivas ações, não devendo ser interpretada como evidência de que elas não tenham ocorrido. Dessa forma, a análise buscou relacionar os dados documentais às transformações na organização institucional do AEE, evitando comparações descontextualizadas entre os períodos.

Por fim, os materiais foram analisados à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado, com atenção a três dimensões: a implementação e a organização do AEE no CAVN; os desafios presentes na consolidação do atendimento; e as potencialidades e os avanços identificados nesse processo. Mediante a análise buscou-se compreender o desenvolvimento do serviço ao longo desse período. Foram observados aspectos relativos aos fluxos de atendimento, ao acompanhamento dos estudantes e à articulação entre os profissionais envolvidos. A interpretação dos dados também considerou relacionar as ações desenvolvidas às demandas identificadas no cotidiano escolar. Essa organização analítica permitiu articular a caracterização dos registros institucionais à discussão sobre as condições de desenvolvimento da EEI no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no CAVN.

3. Resultados e Discussões

3.1. O AEE no CAVN: organização institucional e caracterização das demandas

A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), iniciada em 2024, envolveu a organização progressiva de ações destinadas à identificação, ao acompanhamento e ao apoio aos estudantes da Educação Especial Inclusiva (EEI). A Coordenação Pedagógica (COPED) assumiu a organização dessas ações, articulando-as à criação da Coordenação de Apoio Educacional Especializado (CAEE). Esse percurso evidencia que a implantação do AEE ocorreu em um contexto de construção institucional, no qual as necessidades identificadas impulsionaram a organização de procedimentos e o fortalecimento de uma estrutura específica.

Entre os avanços desse processo, destaca-se a conquista de um espaço físico próprio para o funcionamento da CAEE. Essa estrutura passou a oferecer melhores condições para o acolhimento dos estudantes, a realização de atendimentos especializados, às reuniões pedagógicas, o diálogo com as famílias, a elaboração de documentos e a orientação aos docentes. Além de representar uma melhoria nas condições de funcionamento do setor, a disponibilização desse ambiente contribui para organizar as ações de acompanhamento e favorecer a articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos na trajetória dos estudantes.

A análise da implementação do AEE também requer considerar a diversidade dos cursos e das modalidades ofertadas pelo CAVN, uma vez que as demandas relacionadas à acessibilidade e ao apoio educacional especializado se manifestam em diferentes contextos formativos. Nesse sentido, a caracterização dos estudantes acompanhados pela CAEE, ao longo dos anos de 2024 a 2026, constitui um elemento importante para compreender a evolução das demandas institucionais e subsidiar a discussão sobre a organização do atendimento. Assim, os dados apresentados nas tabelas seguintes permitem examinar os quantitativos de estudantes acompanhados e suas condições específicas.

Para uma compreensão mais fidedigna desse cenário, os dados são apresentados de forma separada por semestre letivo, considerando que o quantitativo de estudantes pode sofrer alterações ao longo do ano. Entre os fatores que influenciam essa variação destacam-se a realização de processos seletivos com ingresso de novas turmas no segundo semestre em determinados cursos, a conclusão de cursos por parte de estudantes no meio do ano, além de situações de trancamento de matrícula, transferência ou evasão.

Adicionalmente, os dados são organizados segundo a forma de oferta dos cursos,

integrada e subsequente ao Ensino Médio, tendo em vista que, embora todos os estudantes apresentados integrem o público da EEI, os discentes dessas duas formas de vínculo ao Ensino Médio possuem características distintas, especialmente no que se refere à faixa etária, ao perfil estudantil, às trajetórias formativas e às demandas de acompanhamento pedagógico. Essa distinção permite uma análise mais precisa das especificidades e contribui para o planejamento de ações institucionais mais adequadas às diferentes realidades atendidas.

Ressalta-se que o quantitativo de estudantes acompanhados não corresponde, necessariamente, ao quantitativo de estudantes identificados como público da EEI conforme as normas vigentes. Em determinados casos, alguns estudantes que apresentam condições específicas, tais como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC), foram incluídos no rol de estudantes atendidos pela CAEE, mediante análise individualizada das demandas educacionais e das possibilidades institucionais de atendimento. Tal procedimento não implica a classificação desses estudantes como público da EEI para fins censitários, mas decorre da necessidade de assegurar respostas educacionais compatíveis com as demandas identificadas. No caso dos estudantes com TDAH, considera-se, ainda, o disposto na Lei nº 14.254/2021, que estabelece a garantia de acompanhamento específico direcionado às dificuldades apresentadas. Assim, os quantitativos apresentados a seguir contemplam também estudantes com condições específicas que, embora não integrem necessariamente o público da EEI, foram incluídos no acompanhamento institucional a partir dos critérios de análise das demandas educacionais e de viabilidade de atendimento adotados pela Instituição.

Tabelas 1 e 2 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2024.1

INTEGRADO 2024.1		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
1º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	1
	Em análise	
2º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	1
2º AGROINDÚSTRIA	🎧TPAC	1
1º AGROPECUÁRIA	🧠TEA	2
1º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
2º AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
P2 TURISMO EJA	♿ Deficiência Física	1
		TOTAL: 09

SUBSEQUENTE 2024.1		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
P1 AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
P3 AGROPECUÁRIA	🧠TEA	1
	Em análise	
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	♿ Deficiência Física	1
	🟣Eplepsia	
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	🙋Deficiência psicossocial	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	👀 Deficiência Visual	1
P1 PAISAGISMO	🙋Deficiência psicossocial	1
P1 VETERINÁRIA	🔶TDAH	1
	🙋Deficiência psicossocial	
		TOTAL: 07

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Tabelas 3 e 4 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2024.2

INTEGRADO 2024.2		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
1º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	1
	Em análise	
2º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	1
2º AGROINDÚSTRIA	🎧TPAC	1
1º AGROPECUÁRIA	🧠TEA	2
1º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
2º AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
P3 TURISMO EJA	♿ Deficiência Física	1
		TOTAL: 09

SUBSEQUENTE 2024.2		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
P1 AGROPECUÁRIA	🧠TEA	1
P2 AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
P2 PAISAGISMO	🙋Deficiência psicossocial	1
		TOTAL: 03

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Em 2024 (Tabelas 1 a 4), foram identificados 18 estudantes ao longo dos dois semestres, sendo 7 matriculados em cursos subsequentes no primeiro semestre e, no segundo semestre, mais 2 novatos. Nos cursos integrados foram 9 estudantes matriculados ao longo dos dois semestres. Observa-se predominância de estudantes com TDAH, presente em 33,3% dos casos, seguida por TEA (22,2%), epilepsia (16,7%) e deficiência psicossocial (16,7%). Também foram identificados estudantes com deficiência física (11,1%), deficiência visual (5,6%) e Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) (5,6%). Ressalta-se que alguns estudantes apresentam condições associadas, razão pela qual a soma dos percentuais supera 100%.

Tabelas 5 e 6 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2025.1

INTEGRADO 2025.1		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
1º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	2
3º AGROINDÚSTRIA	🔶TDAH	1
3º AGROINDÚSTRIA	🎧TPAC	1
1º AGROPECUÁRIA	🧠TEA	2
1º AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	🧠TEA	1
2º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
3º AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
3º AGROPECUÁRIA	🟣Eplepsia	1
		TOTAL: 11

SUBSEQUENTE 2025.1		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
P1 AGROPECUÁRIA	♿ Deficiência Física	1
P2 AGROPECUÁRIA	🧠TEA	1
P2 AGROPECUÁRIA	🔶TDAH	1
P1 AQUICULTURA EAD	🔶TDAH	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	♿ Deficiência Física	1
P1 VETERINÁRIA	👀 Deficiência Visual	1
	🔺TOC	
P1 VETERINÁRIA	🔶TDAH	1
	🧠TEA	
P1 VETERINÁRIA	🟣Eplepsia	1
		TOTAL: 08

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Tabelas 7 e 8 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2025.2

INTEGRADO 2025.2		
Turma	Condição	Quantidade
1º AGROINDÚSTRIA	TDAH	2
3º AGROINDÚSTRIA	TDAH	1
3º AGROINDÚSTRIA	TPAC	1
1º AGROPECUÁRIA	TEA	2
1º AGROPECUÁRIA	TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	TEA	1
2º AGROPECUÁRIA	Eplepsia	1
3º AGROPECUÁRIA	TDAH	1
3º AGROPECUÁRIA	Eplepsia	1
P1 TURISMO EJA	Deficiência Física	1
P1 TURISMO EJA	Eplepsia	1
		TOTAL: 13

SUBSEQUENTE 2025.2		
Turma	Condição	Quantidade
P3 AGROPECUÁRIA	TEA	1
P3 AGROPECUÁRIA	TDAH	1
P2 AQUICULTURA EAD	TDAH	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Deficiência Física	1
P2 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Deficiência Física	1
P1 PAISAGISMO	Deficiência Visual	1
P1 PAISAGISMO	Deficiência Física	1
P1 INFORMÁTICA EAD	Deficiência auditiva	1
P2 VETERINÁRIA	Eplepsia	1
		TOTAL: 09

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Em 2025 (Tabelas 5 a 8), foram acompanhados 25 estudantes. No primeiro semestre, foram registrados 8 estudantes em cursos subsequentes. No segundo semestre, houve ingresso de 4 alunos nessa forma; enquanto os cursos integrados passaram a contabilizar 13 estudantes, em razão do ingresso de 2 novos estudantes no Curso Técnico em Guia de Turismo integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quanto às condições apresentadas pelos estudantes, observa-se predominância de TDAH (32,0%), seguido por deficiência física (20,0%), TEA (16,0%), epilepsia (16,0%), deficiência visual (8,0%), TPAC (4,0%), deficiência auditiva (4,0%) e Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) (4,0%). A soma dos percentuais é superior a 100%, pois alguns estudantes apresentam condições associadas.

Tabelas 9 e 10 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2026.1

INTEGRADO 2026.1		
Turma	Condição	Quantidade
1º AGROINDÚSTRIA	Eplepsia	2
1º AGROINDÚSTRIA	TOC	1
2º AGROINDÚSTRIA	TDAH	2
1º AGROPECUÁRIA	Deficiência Física	1
2º AGROPECUÁRIA	TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	TEA	2
3º AGROPECUÁRIA	TEA	1
3º AGROPECUÁRIA	Eplepsia	1
P2 TURISMO EJA	Deficiência Física	1
P2 TURISMO EJA	Eplepsia	1
		TOTAL: 13

SUBSEQUENTE 2026.1		
Turma	Condição	Quantidade
P1 AQUICULTURA EAD	Deficiência Física	2
P1 AQUICULTURA EAD	TDAH	1
P1 LAB. CIÊNCIAS DA NAT.	TEA	1
P1 LAB. CIÊNCIAS DA NAT.	TDAH	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	TPAC	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	TDAH	1
P2 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Deficiência Física	2
P1 PAISAGISMO	Deficiência Visual	1
P2 PAISAGISMO	Deficiência Física	1
P2 PAISAGISMO	Deficiência Visual	1
P2 INFORMÁTICA EAD	Deficiência auditiva	1
		TOTAL: 13

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Tabelas 11 e 12 Quantitativo de estudantes atendidos pela CAEE em 2026.2

INTEGRADO 2026.2		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
1º AGROINDÚSTRIA	Eplepsia	1
1º AGROINDÚSTRIA	TOC	1
2º AGROINDÚSTRIA	TDAH	1
2º AGROINDÚSTRIA	TDAH	1
1º AGROPECUÁRIA	Deficiência Física	1
2º AGROPECUÁRIA	TDAH	1
2º AGROPECUÁRIA	TEA	2
3º AGROPECUÁRIA	TEA	1
3º AGROPECUÁRIA	Eplepsia	1
P3 TURISMO EJA	Deficiência Física	1
P3 TURISMO EJA	Eplepsia	1
		TOTAL: 12

SUBSEQUENTE 2026.2		
Turma	**Condição**	**Quantidade**
P1 AGROPECUÁRIA	TDAH	2
P2 AQUICULTURA EAD	Deficiência Física	2
P2 AQUICULTURA EAD	TDAH	1
P2 LAB. CIÊNCIAS DA NAT.	TEA	1
P1 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Deficiência Visual	1
P2 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	TPAC	1
P3 NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Deficiência Física	1
P2 PAISAGISMO	Deficiência Visual	1
P3 PAISAGISMO	Deficiência Visual	1
		TOTAL: 11

Fonte: Elaborado pelas autoras pedagogas da COPED/CAVN (2026).

Em 2026 (Tabelas 9 a 12), observa-se novo crescimento no quantitativo de estudantes atendidos, totalizando, até o presente momento, 29 estudantes. No primeiro semestre, foram registrados 13 estudantes matriculados em cursos na forma subsequente, enquanto, no segundo semestre, houve o ingresso de 2 novos estudantes distintos. Nos cursos na forma integrada ao Ensino Médio, verifica-se o total de 12 estudantes no segundo semestre. Em relação às condições apresentadas pelos estudantes, observa-se predominância de deficiência física (20,7%) e TDAH (20,7%), seguidas por deficiência visual (13,8%), TEA (10,3%), Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) (6,9%) e deficiência auditiva (3,4%).

A análise dos dados evidencia o crescimento gradual da demanda por Atendimento Educacional Especializado (AEE) no CAVN entre 2024 e 2026. Considerando apenas os estudantes distintos atendidos ao longo do período, a CAEE acompanhou 43 estudantes, sendo 16 novos ingressantes em 2024, 15 novos estudantes e 8 veteranos em 2025 e 12 novos estudantes e 12 veteranos em 2026, demonstrando ampliação contínua do público atendido. Ressalta-se que 2024 foi o primeiro ano de sistematização do levantamento, motivo pelo qual os estudantes foram considerados como ingressantes naquele período, sem registro de veteranos.

Para o atendimento das demandas, a organização do AEE no CAVN compreende um conjunto articulado de fluxos e ações desenvolvidos pela Coordenação Pedagógica (COPED) e pela Coordenação de Apoio Educacional Especializado (CAEE), desde o ingresso dos estudantes na instituição até o acompanhamento de suas necessidades educacionais ao longo

da trajetória acadêmica. O acolhimento inicia-se no período da matrícula, em parceria com a Coordenação de Controle Acadêmico (CCA), por meio de orientações aos estudantes e às famílias sobre o apoio oferecido pela instituição às pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Nos casos em que essas condições são informadas durante a matrícula, as informações são encaminhadas para subsidiar as providências necessárias ao acompanhamento. Após o ingresso, os estudantes e suas famílias são orientados a realizar o cadastro no Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB, possibilitando o atendimento pelo Comitê e o posterior registro das informações pertinentes no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Na sequência, são realizadas entrevistas com os estudantes e seus familiares, obrigatoriamente com a participação da família nos casos de menores de idade e, quando necessário, também com familiares de estudantes maiores de 18 anos. Essas entrevistas subsidiam os estudos de caso, por meio dos quais são identificadas as demandas educacionais, levantadas informações sobre a trajetória escolar e as particularidades de cada estudante e reconhecidas as barreiras que podem interferir em sua participação e no processo de aprendizagem. Esse processo constitui uma etapa importante para orientar o planejamento das ações de apoio, considerando não apenas as necessidades identificadas, mas também as potencialidades e as condições que favorecem o desenvolvimento acadêmico.

Outra ação fundamental consiste na realização de reuniões com os docentes, organizadas individual ou coletivamente, conforme as demandas identificadas. Esses momentos possibilitam discutir as necessidades dos estudantes, as barreiras presentes nos contextos de ensino, suas potencialidades e as demandas pedagógicas relacionadas aos diferentes componentes curriculares. A partir dessa articulação, desenvolve-se a elaboração coletiva do Plano Educacional Individualizado (PEI), documento que reúne objetivos, estratégias pedagógicas, adaptações e recursos de acessibilidade pertinentes ao acompanhamento de cada estudante. Sua construção envolve os professores responsáveis pelos componentes curriculares e a equipe de apoio, que incorpora, quando necessário, objetivos específicos relacionados ao AEE. Dessa forma, o planejamento busca articular as necessidades educacionais dos estudantes às práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, favorecendo a corresponsabilização dos profissionais envolvidos.

O acompanhamento pedagógico também compreende orientações aos estudantes, diálogo com os profissionais envolvidos e revisão das estratégias adotadas, conforme as necessidades identificadas ao longo do percurso acadêmico. Nos atendimentos diretos, busca-se identificar barreiras à aprendizagem e desenvolver habilidades cognitivas e

conhecimentos prévios necessários à apropriação dos conteúdos curriculares, especialmente nos casos de estudantes com deficiência intelectual. Essa atuação dialoga com Batista e Mantoan (2007), ao compreender o AEE como um serviço de caráter pedagógico voltado à identificação e à superação de barreiras, mediante recursos e estratégias que favoreçam a aprendizagem e a autonomia, sem substituir o ensino desenvolvido nas turmas regulares.

Entre as ações articuladas ao acompanhamento especializado, destaca-se o Programa de Monitoria Inclusiva, implementado no CAVN no segundo semestre de 2025. A iniciativa busca favorecer a aprendizagem, a participação, a organização da rotina acadêmica e a interação social dos estudantes acompanhados, por meio do apoio de colegas monitores. As atividades incluem auxílio na organização de agendas, horários, prazos e orientação para a realização de atividades e revisões, além do estímulo à autonomia e à comunicação entre os estudantes. A implementação do Programa envolve seleção dos monitores, ações formativas e acompanhamento sistemático pela COPED e pela CAEE, com reuniões periódicas, utilização de agendas escolares e fichas de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

As ações descritas integram o processo de implementação do AEE no CAVN, cuja trajetória, entre 2024 e outubro de 2026, evidencia uma demanda gradual por acompanhamento e apoio educacional especializado, conforme os dados apresentados nesta seção. Ao longo desse período, a organização dos fluxos de atendimento, o planejamento pedagógico individualizado e a articulação entre os profissionais constituíram elementos do desenvolvimento do serviço na instituição. Compreender esse percurso permite, nos tópicos seguintes, aprofundar a análise dos desafios que permeiam as ações relacionadas ao AEE, bem como das potencialidades identificadas nesse processo, considerando as particularidades do contexto institucional e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no CAVN.

3.2. Desafios à consolidação e ao aperfeiçoamento do AEE no CAVN

O crescimento das demandas dos estudantes da EEI, aliado à complexidade das atribuições legalmente previstas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), evidencia que os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis ainda são insuficientes para assegurar a execução plena, sistemática e permanente das ações necessárias. Embora a Coordenação de Apoio Educacional Especializado (CAEE) venha desempenhando papel fundamental no atendimento dessas demandas, a estrutura existente apresenta limitações que dificultam a consolidação plena do serviço.

Entre os principais desafios, destaca-se a ausência de vaga específica para docente da

área de Educação Especial, considerando que o CAVN integra a rede federal de Educação Básica. A inexistência desse profissional impacta diretamente a capacidade institucional de desenvolver as atribuições próprias do AEE, amplia a sobrecarga da equipe atualmente existente e dificulta a elaboração e o acompanhamento dos Planos Educacionais Individualizados (PEI), dos Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e das orientações pedagógicas aos docentes.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que o AEE não pode ser compreendido apenas como mais uma atribuição da equipe de apoio ao ensino, mas como um serviço educacional especializado, com responsabilidades específicas previstas na legislação e que demanda condições institucionais próprias para sua oferta (Brasil, 2011; Brasil, 2015). Diante desse cenário, considerando o crescimento das demandas e a natureza docente das atividades desenvolvidas no AEE, evidencia-se a necessidade de provimento de vaga específica na área de Educação Especial, por meio de cargo da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Outro desafio refere-se à organização dos horários destinados aos atendimentos, às reuniões e aos acompanhamentos pedagógicos, considerando as particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nos cursos integrados ao Ensino Médio, a carga horária ampliada resulta em uma rotina acadêmica preenchida, reduzindo as possibilidades de horários disponíveis para os estudantes. Essa condição também repercute na atuação dos docentes, especialmente daqueles que ministram componentes curriculares técnicos e que, em alguns casos, exercem atividades tanto no CAVN quanto no magistério superior, considerando a vinculação do Colégio à UFPB e a oferta de cursos de graduação no mesmo campus.

Além disso, cada turma dos cursos integrados conta com aproximadamente quinze docentes ou mais, cujos horários nem sempre coincidem, o que dificulta a realização de reuniões coletivas com toda a equipe. Por essa razão, os encontros têm ocorrido, frequentemente, em grupos menores e complementados por meio de atendimentos individuais aos professores, o que exige maior organização para assegurar a participação de todos os docentes dos diferentes componentes curriculares no planejamento e no acompanhamento dos estudantes.

A articulação entre o CAVN e o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), órgão da Reitoria responsável pelo acolhimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência e outras necessidades específicas na UFPB, também apresenta desafios relacionados à comunicação e à agilidade dos fluxos de atendimento. Embora o Comitê conte com representantes nos campi fora de sede, as entrevistas iniciais com os estudantes e a elaboração

dos documentos orientativos são realizadas pela equipe do Campus I, em João Pessoa. Os representantes locais, por sua vez, desempenham outras atribuições do órgão em cada campus. Essa organização demanda esforços adicionais de comunicação, sobretudo porque a equipe responsável pelos primeiros procedimentos não acompanha diretamente o cotidiano acadêmico do CAVN, cujas especificidades envolvem a oferta de cursos técnicos, a dinâmica da EPT e a presença de estudantes menores de idade, grupo prioritário, por lei.

Nesse contexto, o desafio não está na existência da parceria, que é fundamental para o trabalho institucional, mas na necessidade de fortalecer a comunicação e a cooperação entre as equipes, de modo que os encaminhamentos e as orientações ocorram em tempo compatível com as demandas escolares. Em algumas situações, o intervalo entre o início das aulas, a realização das entrevistas e o recebimento dos documentos orientativos pode dificultar a organização do acompanhamento desde o começo do período letivo. Considerando a necessidade de acolhimento ágil e acompanhamento contínuo dos estudantes, o CAVN precisa responder às demandas apresentadas em tempo hábil. Torna-se, portanto, necessário estreitar essa parceria, valorizando o conhecimento de cada equipe sobre seu contexto de atuação e evitando que os procedimentos ocorram de forma fragmentada, sem a necessária continuidade e troca de informações.

Paralelamente às demandas relacionadas aos recursos humanos e à organização dos atendimentos, persistem limitações quanto à disponibilidade de materiais, equipamentos e tecnologias assistivas necessários ao funcionamento da CAEE. O CAVN vem incluindo solicitações de aquisição desses itens nos processos de planejamento institucional, por meio do Plano Anual de Contratações (PAC), contemplando demandas registradas para os exercícios de 2025, 2026 e 2027. Entretanto, as limitações orçamentárias e os critérios de distribuição dos recursos permitiram a previsão de aquisição de apenas parte dos itens considerados prioritários. Dos 62 itens solicitados para a estruturação e o aperfeiçoamento das atividades da CAEE, aproximadamente 16% possuem previsão de aquisição e recebimento no exercício de 2026 (PAC/UFPB, 2025).

Soma-se a essa limitação o fato de que o CAVN, na condição de escola vinculada à UFPB, não possui autonomia plena nos procedimentos licitatórios e de aquisição de materiais, estando sujeito aos fluxos administrativos que envolvem o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA). Essa configuração pode dificultar a celeridade necessária à aquisição de recursos destinados às demandas de acessibilidade e inclusão. A insuficiência ou ausência desses materiais pode limitar a implementação de estratégias pedagógicas

especializadas, restringir a autonomia dos estudantes e dificultar o acesso ao currículo em igualdade de oportunidades.

Por fim, destaca-se o desafio de ampliar o engajamento de toda a comunidade escolar e fortalecer a corresponsabilidade pelas práticas inclusivas. A efetividade do AEE depende não apenas da atuação da equipe especializada, mas também da articulação entre os professores do ensino regular, a equipe de apoio, as famílias e os demais setores institucionais. Nesse sentido, a construção de uma cultura inclusiva requer diálogo permanente, participação dos diferentes sujeitos e compreensão de que o acolhimento, a aprendizagem, a permanência e o êxito dos estudantes da EEI constituem responsabilidades compartilhadas.

3.3. Potencialidades e avanços na organização do AEE no CAVN

O processo de implementação do AEE no CAVN tem possibilitado avanços na organização do atendimento e no fortalecimento das ações de Educação Especial Inclusiva. A CAEE, vinculada à Coordenação Pedagógica (COPED), desenvolve suas atividades em articulação com a equipe pedagógica da unidade, composta por duas servidoras técnico-administrativas ocupantes do cargo de Pedagoga e por uma profissional terceirizada que atua como Apoio Escolar, também com formação em Pedagogia. Essa articulação contribui para o desenvolvimento das ações de acompanhamento dos estudantes, assessoramento aos docentes e organização das demandas relacionadas à EEI.

Entre os avanços identificados, destaca-se a estruturação dos fluxos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes, acompanhada pela melhoria progressiva dos registros formais das ações desenvolvidas pelo AEE. A ampliação e a organização dessa documentação têm permitido sistematizar informações, registrar atendimentos e encaminhamentos e conferir maior continuidade ao acompanhamento pedagógico. Nesse contexto, merecem destaque os estudos de caso e a elaboração de documentos individualizados, construídos a partir da identificação das necessidades, potencialidades e trajetórias escolares dos estudantes. É importante ressaltar que essa prática já era desenvolvida no CAVN antes da publicação dos Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, que estabeleceram disposições relativas ao Plano Educacional Individualizado (PEI) e ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Assim, a experiência institucional de planejamento individualizado antecedeu esse marco normativo, sendo posteriormente aprimorada com base nas diretrizes estabelecidas.

A participação dos docentes na elaboração coletiva dos PEIs constitui um aspecto

relevante, uma vez que cada estudante dispõe de um documento individualizado, construído colaborativamente pelos professores dos diferentes componentes curriculares e pela equipe da CAEE. O documento contempla um espaço específico para o registro de ajustes e adaptações relacionados aos objetos de conhecimento, às metodologias de ensino e aos processos avaliativos. Dessa forma, todos os professores podem conhecer os registros sobre o estudante, compartilhar estratégias pedagógicas e contribuir para a atualização contínua do planejamento, favorecendo a articulação das práticas educativas e a adequação das ações às suas necessidades e potencialidades.

A assessoria docente, realizada por meio de reuniões coletivas, atendimentos individuais e orientações pedagógicas, favorece o diálogo entre os professores e a equipe especializada, contribuindo para o planejamento de atividades adaptadas, a diversificação dos instrumentos avaliativos e o respeito aos diferentes tempos de aprendizagem e de autorregulação dos estudantes.

Também se destacam as ações de formação continuada destinadas aos docentes e à equipe gestora, com abordagens sobre a legislação da Educação Especial Inclusiva, acessibilidade e estratégias para favorecer a permanência e o êxito dos estudantes. Essas formações ampliam as oportunidades de reflexão sobre as práticas pedagógicas e sobre as possibilidades de inclusão nos diferentes ambientes de aprendizagem do CAVN, considerando, inclusive, as particularidades dos cursos técnicos e a utilização de laboratórios de ensino.

Outro avanço foi a disponibilização de um espaço físico próprio para a CAEE, inaugurado em 2025, que passou a oferecer melhores condições para o acolhimento dos estudantes, a realização de atendimentos, reuniões, orientações e elaboração de documentos pedagógicos. A existência desse ambiente contribui para a organização das atividades da coordenação e para o fortalecimento de sua atuação no cotidiano institucional.

A implementação do Programa de Monitoria Inclusiva, no segundo semestre de 2025, representa, igualmente, uma estratégia importante de apoio aos estudantes da EEI. O programa amplia as possibilidades de acompanhamento da rotina acadêmica, organização dos estudos, realização das atividades e participação nas aulas, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e a interação entre os estudantes. A seleção, a formação e o acompanhamento dos monitores, realizados em articulação com a COPED e a CAEE, fortalecem a rede de apoio institucional e complementam as ações desenvolvidas no âmbito do AEE.

4. Considerações

A análise da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) permitiu compreender que a estruturação desse serviço constitui um processo institucional contínuo, marcado por desafios e potencialidades. Em resposta ao problema de pesquisa, identificou-se que, embora a instituição tenha avançado na organização dos fluxos de atendimento, na elaboração de documentos pedagógicos individualizados e na construção de estratégias de apoio aos estudantes da Educação Especial Inclusiva (EEI), ainda existem obstáculos que interferem na consolidação de uma política institucional de inclusão.

Entre os principais desafios, destacam-se a insuficiência de profissionais com formação específica para atuar na Educação Especial, a necessidade de ampliação dos recursos materiais e das tecnologias assistivas, as dificuldades de articulação entre os diferentes profissionais e setores envolvidos e as limitações de horários para a realização de ações coletivas com os docentes, considerando a organização curricular e as particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Soma-se a isso a necessidade de fortalecer a comunicação e a articulação com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB, de modo a favorecer um acompanhamento mais próximo dos estudantes e do campus do Colégio.

Por outro lado, a experiência analisada evidencia potencialidades importantes, como a organização da Coordenação de Apoio Educacional Especializado (CAEE), a estruturação dos fluxos de acolhimento e acompanhamento, a melhoria progressiva dos registros formais, a elaboração de estudos de caso e documentos individualizados, a assessoria pedagógica aos docentes, as ações de formação continuada e a implementação do Programa de Monitoria Inclusiva. Ressalta-se que a construção de documentos individualizados no CAVN antecedeu os decretos de 2025 que dispuseram sobre o PEI e o PAEE, demonstrando que a instituição já desenvolvia iniciativas de planejamento pedagógico voltadas às necessidades dos estudantes antes da publicação dessas normativas (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b).

Os resultados também evidenciam que a efetivação do AEE não depende exclusivamente da atuação da equipe especializada. Requer o envolvimento dos docentes, gestores, estudantes, familiares e demais profissionais, bem como a construção de uma relação colaborativa entre o ensino regular e o atendimento especializado. Essa articulação é particularmente relevante no CAVN, considerando as especificidades da EPT, que envolve a integração entre conhecimentos básicos e técnicos e atividades desenvolvidas em diferentes ambientes de aprendizagem, inclusive laboratórios, nos quais também devem ser asseguradas condições de acessibilidade e participação.

Conclui-se, portanto, que a experiência do CAVN apresenta avanços significativos na organização do AEE, mas sua consolidação exige investimentos em recursos humanos e materiais, fortalecimento das articulações institucionais e ampliação do compromisso coletivo com a inclusão. Mais do que estruturar um serviço especializado, trata-se de incorporar os princípios da Educação Especial Inclusiva ao cotidiano escolar, assegurando condições de acesso, participação, aprendizagem, permanência e êxito aos estudantes da EEI.

5. Referências

BATISTA, C. A. M; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual. In: GOMES, A. L. L. et al. *Deficiência Mental.* São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 13-42. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 9 dez. 2025.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho e ZERBATO, Ana Paula. *O que é ensino colaborativo?* São Paulo: Edicon, 2019. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002958655. Acesso em: 29 out. 2026.

PADILHA, A. M. L. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo.... In: GÓES, Maria Cecília Rafael de e LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. (Orgs.). *Políticas e Práticas da Educação Inclusiva*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 93-120.